

Título: “AS INDÚSTRIAS MATARAZZO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO”.

Autor: Henrique Telles Vichnewski

Filiação Institucional: Mestrando em História – IFCH - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

A cultura algodoeira no Estado de São Paulo

A expansão e o fortalecimento da cotonicultura como resposta as crises do café, tem constituído um fenômeno recorrente na história econômica paulista. Em 1930, essa resposta se dá de forma diferente em relação aos surtos anteriores, por causa da intensidade e da qualidade da crise cafeeira dessa década. A crise de 30 não resultou numa queda imediata da produção do café, como se poderia esperar, nem na eliminação dos rendimentos ou falência dos cafeicultores, mas em uma brusca redução de sua taxa de expansão agregada, e no seu redirecionamento para novas áreas dentro e fora do Estado. O papel, nesse momento, a ser assumido em relação ao pólo de geração de lucros e centro da hegemonia política e econômica do país, em vez da cafeicultura, é feita pelo setor industrial. Simultaneamente, essa crise abriu as portas à necessidade de reorganização das formas de utilização e de posse da terra, a fim de garantir o seu aproveitamento econômico e preservar o controle da sua propriedade, e aqui o algodão teve papel fundamental. Quer dizer, a “modernização conservadora” teve uma função econômica importantíssima: impediu o acesso efetivo e generalizado a terra por parte dos pequenos agricultores e, mesmo nos casos de “subdivisão”, fez com que a terra não perdesse as suas características de capital enquanto relação social de dominação. Caso houvesse a “subdivisão da propriedade”, era preservada a possibilidade dos fazendeiros de apropriarem-se de novas e maiores glebas de terras nas zonas novas, e de aumentarem seus lucros através do “loteamento” das terras menos propícias ao café, conseguindo assim uma nova forma de participação na apropriação dos excedentes do trabalho dos produtores agrícolas (ALBUQUERQUE, 1983:144, 145).

Para entender o surto algodoeiro da década de 1930 é importante lembrar que não se tratou simplesmente de uma “substituição de culturas”, mas antes de uma mudança na orientação dos investimentos, das relações de produção e das áreas cultivadas, de acordo com o capital do produtor e o seu poder financeiro. Aos pequenos e médios proprietários, aos clientes dos loteamentos, aos parceiros e arrendatários, coube a produção de algodão. Aos grandes, ficavam reservados o café das novas áreas, a pecuária, os investimentos na indústria urbana e na especulação de terras (ALBUQUERQUE, 1983:149).

Antes de adentrarmos no processo de ocupação de terras novas no interior do Estado após 1930 e conseqüentemente a instalação de indústrias, é importante salientarmos que enquanto as grandes fábricas do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Juiz de Fora e Recife expandiam suas instalações, inúmeras pequenas fábricas proliferavam nas zonas rurais. Em comparação com essas suas grandes irmãs urbanas, as pequenas fábricas do interior levavam algumas vantagens. Elas podiam recrutar “... a força de trabalho barata das meninas das fazendas das redondezas ou dos empregados domésticos e das crianças pobres das cidades do interior”. Os impostos municipais eram baixos e essas fábricas têxteis tinham a pouca distância a matéria-prima, o algodão produzido no interior de São Paulo (STEIN, 1979:120).

O processo de ocupação agrícola pelo café e pelo algodão na década de 1930, em zonas novas, é relevante para compreendermos o surto algodoeiro e também a relação deste com as fábricas que utilizavam como matéria-prima o algodão da empresa Matarazzo, localizadas no interior do Estado de São Paulo. A Zona Nova é compreendida das seguintes cidades e suas respectivas regiões, listadas do sudoeste para o noroeste do Estado de São Paulo: Avaré, Botucatu, Assis, Bauru, Presidente Prudente, Lins, Birigui, Araçatuba, Catanduva, São José do Rio Preto e Tanabi. A chamada “marcha para o Oeste”, apoiou-se pouco no café e principalmente no algodão, que em 1937-38 já ocupava mais de 500.000 hectares, ou seja, o equivalente a 60% de toda a área plantada do café. A Zona Nova atingiu o final da década de 30 com uma taxa de ocupação com área cultivada de 28%, superior à média de São Paulo, e quase equivalente às da região Central (que engloba as cidades e regiões de Ribeirão Preto, Barretos, São Carlos, Jaú, Pirassununga, Americana e Campinas) e da Capital, que eram de 32% e 30% respectivamente (ALBUQUERQUE, 1983:150).

O surto mais intenso da cotonicultura em toda a história paulista foi nos anos trinta. Multiplicou-se por 40 a área cultivada nessa época, onde em sete anos o algodão passou a ocupar pouco menos de um milhão de hectares, ou seja, quase a metade da área que o café levava cem anos para utilizar. A área máxima que o café atingiu em São Paulo em 1935 foi de 2.176.649ha e o algodão atingiu 1.490.000ha em 1944. Esse surto só se explica porque o algodão não se apoiou somente no desbravamento de novas áreas, mas utilizou-se tanto das áreas de cultivo que pertenciam ao café, como da infra-estrutura que o servia (ALBUQUERQUE, 1983:149).

A partir da década de 1930 as zonas Central e Nova eram as mais importantes em relação ao cultivo intenso, elas superaram a média do Estado. Em 1938 elas representavam 75,6% da área total dos estabelecimentos e 81,6% da área cultivada total no Estado. A Zona Central foi a maior produtora de café do Estado em toda a década de 20 e em 1930-31 tinha a mais alta taxa de ocupação produtiva do Estado, aumentando apenas em 2% sua área até 1937-38. Essa área nova aumentada, cerca de 140.000ha, foi empregada em novos cultivos, pelo menos em 50% no seu produto principal, que era o algodão. A Zona Nova também teve uma grande participação no

cultivo do algodão. Em sua área sul, que abrangia a região entre os rios Parapanema e o Peixe, com sede em Avaré e indo até o rio Paraná, servido pela Cia. de Estradas de Ferro Sorocabana, abandonou-se decisivamente o café, que perdeu 80 mil hectares e recorreu-se intensamente ao algodão, com 150 mil novos hectares. A área mais acima, na faixa entre os rios Peixe e Tietê, que começa em Botucatu, passa por Marília e termina em Araçatuba teve um ótimo crescimento. A área do café se manteve praticamente constante, com produtividade superior a média do Estado, e o algodão espalhou-se por mais de 250 mil hectares, com a produção recolhida pela Estrada de Ferro Noroeste e pelo braço oeste da Estrada de Ferro Paulista. A última área da Zona Nova, ao norte, com sede em Catanduva, passando por Tanabi, entre os rios Tietê e Paraná, teve presença no cultivo do algodão em suas novas terras, que aumentaram em quase 100 mil hectares, muito mais do que o declínio do café, que alcançou apenas 30 mil hectares (ALBUQUERQUE, 1983:154-157).

Esse resumo do processo de ocupação geográfica da cotonicultura paulista é importante porque além de nos balizar, explica também o movimento de inserção das fábricas de algodão da Matarazzo no interior do Estado. Demonstra que a empresa não estabeleceu por acaso as suas indústrias, mas sim acompanhando a melhor região e momento, com baixo custo de mão-de-obra e baixos impostos municipais para construí-las. As indústrias Matarazzo de algodão estabelecidas no interior do Estado de São Paulo entre 1920 a 1960 são:

- | | | |
|-------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1. Catanduva | 7. Ribeirão Preto | 13. Araçatuba |
| 2. Avaré | 8. Presidente Prudente | 14. Campinas |
| 3. Bauru | 9. Rancharia | 15. Presidente Venceslau |
| 4. Itapetininga | 10. Marília | 16. Votuporanga |
| 5. Rio Claro | 11. São José do Rio Preto | 17. São José dos Campos |
| 6. Bernardino de Campos | 12. São João da Boa Vista | |

Podemos verificar que realmente onze das indústrias Matarazzo de algodão, mais da metade delas, se localizam na Zona Nova, a zona mais importante em relação à cultura do algodão no Estado: Catanduva, Avaré, Bauru, Bernardino de Campos, Presidente Prudente, Rancharia, Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Venceslau e Votuporanga. Na Zona Central, que também foi importante no processo da cotonicultura paulista na década de 30, temos quatro indústrias de algodão Matarazzo: Rio Claro, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista e Campinas. Na Zona Sul, temos somente a cidade de Itapetininga e na Zona Velha, São José dos Campos.

A tipologia arquitetônica das Indústrias Matarazzo no interior do Estado de São Paulo

As indústrias de algodão Matarazzo instaladas entre 1920 a 1960 no interior paulista estão divididas em três grupos: 14 fábricas de beneficiamento do algodão, 5 fábricas de fiação e tecelagem e 5 fábricas de óleo de caroço de algodão. Como as fábricas de beneficiamento do algodão são em maior número, nesse primeiro momento, estaremos estudando a tipologia arquitetônica delas. As plantas dessas fábricas são bem semelhantes. Podemos afirmar que houve um modelo padrão de planta empregado na construção de todas essas fábricas no interior paulista. A diferença entre essas plantas seria o tamanho e o número da unidade (células) e algumas diferenças tipológicas em suas fachadas.

Como este trabalho trata de um estudo sobre um patrimônio industrial, falaremos um pouco dessa área em desenvolvimento aqui no Brasil. O patrimônio industrial surgiu com a disciplina chamada arqueologia industrial, que foi originado com a primeira aparição da expressão *industrial archeology* em uma publicação de 1955, de Michael Rix, que nesse artigo, clama pela documentação e preservação dos testemunhos da industrialização, sendo muitos deles ameaçados de extinção, pela modernização das cidades (Cf. MENDES, 1999:158). Trabalhos científicos sobre a arqueologia industrial no Brasil são poucos, esses são produzidos mais por outros países da Europa e da América Latina. Os trabalhos que tratam desse assunto no Estado de São Paulo, são o de (KÜHL, 1998) e (SAIA, 1989). O trabalho de Saia debruça-se sobre a arquitetura das fábricas de algodão de São Paulo. Este estudo desenvolve-se sobre a evolução da tecnologia empregada e tipo de construções das indústrias e na diversificação que as plantas industriais sofreram durante o tempo. E o de KÜHL trata de maneira geral sobre a arqueologia industrial no mundo.

Nesse trabalho estaremos abordando precisamente sobre a tipologia arquitetônica das fachadas das indústrias Matarazzo no interior paulista, sendo um estudo pouco divulgado em nosso meio. Verificaremos uma primeira tipologia arquitetônica encontrada nos galpões das fábricas de Votuporanga, Marília, Avaré, Rancharia, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Catanduva e Ribeirão Preto. Como exemplo, escolhemos um dos galpões Matarazzo de Votuporanga, que tem as mesmas características tipológicas das fábricas das outras cidades. Trata-se de um galpão de planta retangular, com linhas retilíneas, sóbrio e austero. Podemos afirmar que existe, no partido arquitetônico adotado em sua fachada, uma aproximação de um templo grego, com um friso totalmente liso e uma arquitrave fina e dividida em três partes embutidas nas três colunas, aparentemente equidistante, que simbolicamente lembram um intercolúnio, com ritmo interessante. Esse conjunto é rebatido ao lado, formando toda a fachada. É importante ressaltarmos que entre as colunas existem paredes fechadas de tijolos e que o friso, a arquitrave e as colunas também são de

tijolos de barro. Através dessa leitura, concluímos que a tipologia arquitetônica dessa fachada nos remete ao estilo Neoclássico.

O Neoclássico, resumidamente, foi um movimento racionalista que surgiu na segunda metade do século XVIII, voltando-se contra a prática dominante do Barroco e do Rococó e propunha uma substituição, de ambos os estilos, por um novo que se inspirasse nos antigos modelos gregos, de Roma e do Renascimento, mas não é somente isso. O Neoclassicismo é definido melhor em função de seu relacionamento com a arte antiga, que abrangeu uma nova atitude, mais compreensiva e intelectual do que antes, em relação à Antiguidade. Foi uma recente manifestação de uma longa e contínua tradição, mas também a consequência de um diálogo exclusivamente entre o presente e o passado distante. No Brasil as primeiras manifestações do neoclássico foram gestadas a partir da segunda metade do século XVIII. Para um profundo entendimento do Neoclássico no Brasil, sugerimos a obra de Rocha-Peixoto (2000), que citando Bazin (1953) diz que: “a estética neoclássica como nascida do entusiasmo provocado pela descoberta da arte grega e pela vontade de contestar o rococó” (PEIXOTO, 2000:50).

A segunda tipologia encontrada foi nas fábricas de Bauru, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Catanduva, Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba, Rancharia, Avaré e Presidente Prudente. Essa tipologia, que tem com exemplos os galpões Matarazzo de Bauru e São João da Boa Vista, também incorpora elementos do movimento neoclássico, como o frontão e as colunas. Esse frontão parece se estruturar em cinco partes, quer dizer, como se fossem “cinco naves”, um corpo mais alto no centro e outros dois menores nas laterais. Podemos entender essa estrutura de “cinco naves”, como um resgate da estrutura gótica que o Renascimento ainda utilizava no século XV e que no século XIX vai ser resgatado com o neogótico. Um exemplo desse modelo de cinco naves foi adotado na catedral de Notre-Dame de Paris. Outra característica encontrada na tipologia das fachadas desses galpões seria a ordem vertical tripartida, como é chamado no gótico, que também está presente na catedral de Notre-Dame, onde os três corpos verticais são separados por maciços contrafortes. Todas essas características tipológicas arquitetônicas do neoclássico e do neogótico vêm casar com a utilização da arquitetura eclética e do imaginário urbano, também peculiar em São Paulo no início do século XX. Além desses elementos, nas fachadas dessas indústrias há presença do óculo, que seria um resgate do sentido da abertura renascentista, presente também no barroco mineiro e que era destinado à passagem de ar ou de luz, sendo por vezes somente decorativa. Como essas indústrias foram construídos após 1920, os projetos elaborados pelos seus arquitetos se enquadram no movimento do ecletismo, que na opinião de Lemos (1987), ainda está presente em nossos dias. O Ecletismo no final do século XIX e início do XX tem como princípio a pesquisa e utilização do neoclássico e do neogótico, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, como relata Carlos Lemos (1987):

...devemos entender o Ecletismo como sendo toda a somatória de produções arquitetônicas aparecidas a partir do século passado, que veio juntar-se ao Neoclássico histórico surgido por sua vez como reação ao Barroco. Sabemos que, naqueles dias, primeiramente vieram as obras neogóticas em contraposição às neoclássica e dessa coexistência inicial é que veio à tona no panorama arquitetônico a expressão filosófica Ecletismo, que designava primordialmente a tolerância a duas idéias ou dois comportamentos concomitantes (LEMOS, 1987:70).

O uso do frontão nesses edifícios industriais, nos remete ao emprego de uma arquitetura fabril eclética, que também foi usual nas indústrias de Valencia na Espanha:

...la arquitectura industrial tanto pública como privada de este período lo retoma em numerosos ejemplos donde el frontón aparece em sus fachadas como um elemento compositivo más, especialmente em la arquitectura eclética... (BERROCAL, 1995:308).

Portanto esses arquitetos que projetaram e construíram as fábricas Matarazzo do interior paulista utilizavam da liberdade e da licença de criação, recriando, ou combinando formas e misturando ornamentações próprias de estilos definidos pela Europa. E essa prática do Ecletismo procurava sempre acompanhar o progresso, imaginando novos partidos arquitetônicos e sujeitando suas condições plásticas, às recentes possibilidades técnico-construtivas.

Para concluirmos esse estudo das tipologias das fábricas da Matarazzo, não podemos deixar de lado toda tradição da arquitetura fabril desenvolvida desde o século XVIII. Na dissertação de Helena Saia (1989), encontramos que os galpões das fábricas analisadas tendem a uma padronização total verificada em três características: uma única planta fabril reproduzida em várias cidades, utilização dos “sheds”, que é um elemento da fábrica, onde essa passa a ser identificada externamente pelo uso industrial e a presença de um único pavimento, que irá somente aparecer nas fábricas, ditas “modernas”, após 1930. Nas fachadas dessas indústrias ainda se preserva uma tipologia gerada pelo modelo das fábricas inglesas do século XIX, que utilizavam a alvenaria em tijolos aparentes e uma imensa chaminé pelo uso da caldeira a vapor. Mas por serem fábricas construídas no século XX essa tipologia é uma releitura das fábricas inglesas, predominando uma liberdade de criação do arquiteto, como já dissemos. Sobre essa tipologia inglesa, encontramos também a informação de que um dos padrões arquitetônicos empregados nas indústrias nacionais do início do século XX era intitulado como *britânica manchesteriana*, onde as indústrias tinham fachadas típicas de tijolos vermelhos, de estrutura sóbria e pesada, simetria de planos e com o sistema moderno de fábricas já implantado, como o exemplo do núcleo fabril das Indústrias

Francisco Matarazzo da Água Branca em São Paulo de 1920 (HARDMAN & LEONARDI, 1991:133, 134).

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola: As relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

BERROCAL, Paloma (org.). *Enciclopedia Valenciana de Arqueología Industrial*. Valencia, Espanha: Edicions Alfons El Magnànim, Institució Valenciana D'Estudis I Investigació, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

LE MOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987.

MENDES, José M. Amado. Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. IN: *II SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E ENERGIA*, São Paulo, 1999. *Potencial estratégico de cultura e negócios*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. *Reflexos das luzes na Terra do Sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência, 1808-1831*. São Paulo: ProEditores, 2000.

SAIA, Helena. *Arquitetura e indústria: fábricas de tecido de algodão em São Paulo, 1869-1930*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1989.

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.